DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano XXVIII - N° 5.532

Terça-feira, 6 de Agosto de 2019

Trabalhos legislativos são retomados em alta intensidade

Após fim do recesso parlamentar, várias atividades marcam primeiro dia de trabalho. Nesta terça tem debate sobre o ISS

Foto: Antonio Queirós



A Câmara Municipal de Salvador retomou os trabalhos legislativos na segunda-feira (5), com sessão ordinária no Plenário Cosme de Farias dirigida pelo vereador Kiki Bispo (PTB), 1º vice-presidente da Casa Legislativa. Além disso, houve também reuniões das comissões de Defesa da Mulher e Desenvolvimento Sustentável. O projeto que regula o Imposto Sobre Serviço (ISS) no Município, previsto para ser votado no próximo dia 13, volta a ser debatido na tarde desta terça-feira (6), no Centro de Cultura, às 15 horas.

LEIA MAIS NAS PÁGINAS 2 e 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Joceval Rodrigues
jocevalrodrigues@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
orlandopalhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Téo Senna
teosenna@cms.ba.gov.br

4ª Secretária:
Ana Rita Tavares
anaritatavares@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Substituto:
Daniel Rios
danielrios@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Duda Sanches
dudasanches@cms.ba.gov.br

Diretor de Comunicação
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

SIGA A CÂMARA NAS REDES SOCIAIS

@camarasalvador
@camaradesalvador
camaradesalvador

TV Câmara Salvador / Canal aberto 61.4

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Câmara volta a debater isenção do ISS para empresas de ônibus

Geraldo Júnior presidirá encontro com a promotora Rita Tourinho, o secretário Fábio Mota e o presidente da Arsal, Almir Melo Jr., nesta terça, às 16 horas, no Centro de Cultura

A Câmara Municipal de Salvador volta a debater o Projeto de Lei nº 133/19, que concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e da Taxa de Regulação e Controle e Fiscalização (TRCF) às empresas de ônibus, a reunião será no Centro de Cultura, nesta terça-feira (6), às 16h, será conduzida e coordenada pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (SD). Foram convidados as promotoras de Justiça Rita Tourinho e Patrícia Medrado e o promotor Adriano Assis, integrantes do Grupo Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (GEPAM); o secretário municipal de Mobilidade, Fábio Mota, e o presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal), Almir Melo Jr., além da sociedade civil organizada.

O projeto de lei que versa sobre a isenção do ISS foi enviado à Câmara no dia 30 de abril, após a prefeitura firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado da Bahia e as concessionárias de ônibus para manter o valor em R$4 antes da votação do projeto. No dia 15 de julho, a Câmara realizou um debate sobre Projeto de Lei nº 133/19 com as presenças de Fábio Mota e Almir Melo Jr.


Foto: Antonio Queirós

Para o presidente Geraldo Júnior, "esta é uma oportunidade de aclarar as questões que ainda causam dúvidas aos vereadores para que sejam propostas sugestões de emendas, melhorando o projeto debatido. Esta Casa tem tido um protagonismo político jamais visto em nossa cidade, pois temos atuado respeitando as ideologias e cores partidárias dos vereadores, de forma coesa e efetiva".

Geraldo Júnior defende mais escolas militares em Salvador

Modelo de ensino foi tema de reportagem da Revista Muito de domingo (4)

O modelo de ensino dos colégios da Polícia Militar (PM) foi elogiado pelo presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Geraldo Júnior (SD). A referência foi feita por conta da matéria de capa da Revista Muito, do Jornal A Tarde, da edição de domingo (4). A reportagem mostra a rotina do Colégio da Polícia Militar, no Dendezeiro, e destaca a busca de cerca de 60 municípios baianos pelo Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar (SECPM), implantado com apoio da PM.

"Escolas com gestão militar têm ganhado força nos últimos anos. Com um modelo disciplinar mais rigoroso, dedicado a uma metodologia pedagógica com regras e conceitos únicos que inibem transgressões disciplinares, o Colégio da Polícia Militar de Salvador, Dendezeiros, é exemplo de bons resultados", avalia Geraldo Júnior.

Foto: Reprodução/Reginaldo Ipê



Revista Muito deste domingo (4) aborda modelo de ensino dos colégios da Polícia Militar

O vereador defende que o modelo seja implantado em mais escolas, além das 108 unidades escolares que serão prioritárias por parte do Ministério da Educação, que viabilizará um investimento de R$40 milhões para a implantação do modelo.

"A escola militar não é um quartel da polícia e o projeto pedagógico implementado por essas unidades são exemplos positivos que merecem ser seguidos para melhoria do ensino básico da nossa cidade e do nosso país", reafirmou Geraldo Júnior.

Câmara retoma pautas polêmicas após recesso parlamentar

Atividades aconteceram na tarde de segunda (5), no Plenário Cosme de Farias e salas de comissões

A Câmara Municipal de Salvador retomou os trabalhos legislativos na segunda-feira (5), com sessão ordinária no Plenário Cosme de Farias dirigida pelo vereador Kiki Bispo (PTB), 1º vice-presidente da Casa Legislativa. A agenda também contou com reuniões das comissões de Defesa da Mulher e Desenvolvimento Sustentável.

Espaço reservado para a população, todas as segundas-feiras, a Tribuna Popular contou com a participação de representantes dos taxistas e do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Fotos: Antonio Queirós



Em tramitação na Casa, o projeto que regula o Imposto Sobre Serviço (ISS) no Município, previsto para ser votado no próximo dia 13, foi abordado pelo vereador Edvaldo Brito (PSD), que anunciou inclusão "em prol da sociedade" de emendas de modificação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ). A pauta volta a ser debatida na tarde desta terça-feira (6), com a presença da promotora Rita Tourinho na Casa.

Outra pauta que está na Ordem do Dia, a votação do Projeto nº 258/18, que regulamenta o serviço de transportes por aplicativo na cidade, foi novamente reivindicada pelos taxistas, que contou com diversos profissionais da categoria nas galerias.

Comissão da Mulher ouve Marcelle Moraes e Ana Rita

Vereadoras apresentaram suas versões sobre denúncia de "armação" na campanha de 2016





Por não ser da competência regimental da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realizar investigações envolvendo vereadores, a presidente do colegiado, Ireuda Silva (PRB), decidiu aguardar o resultado do inquérito policial que apura denúncias mútuas entre Marcelle Moraes (sem partido) e Ana Rita Tavares (PMB). Em reunião na tarde desta segunda-feira (5), as duas apresentaram suas versões para o fato que envolve a ex-assessora de Ana Rita, Vanessa Silva, que após sete processos contra Marcelle e o irmão, o deputado estadual Marcell Moraes (PSDB), na campanha de 2016, declarou que tudo não passou de "armação".

A reunião foi solicitada por Marcelle Moraes, que pediu o afastamento de Ana Rita da Comissão da Mulher, argumentando que ela agrediu fisicamente a ex-assessora. Tanto Ireuda Silva quanto a vereadora Marta Rodrigues (PT) justificaram que o colegiado não era o setor competente para analisar a situação e sim a Comissão de Ética ou a Procuradoria Parlamentar.

"Os casos de feminicídio são muito graves e nós precisamos nos debruçar sobre eles. Enquanto estamos aqui discutindo isso, mulheres estão sendo mortas", reagiu Ireuda.

As vereadoras decidiram, também, que não era o local adequado para ouvir a ex-assessora, que compareceu à reunião e falou informalmente, nem a testemunha que defende Ana Rita Tavares, Queila Ravena, também presente ao encontro. Ana Rita garantiu que tem provas (áudios e vídeos) de que outra assessora, desta vez de Marcelle, "corrompeu" Vanessa para ela mudar a versão. Também de maneira informal, Queila confirmou que ela própria fez os arranhões em Vanessa para incriminar Ana Rita, mas se arrependeu.

Roda de Conversa sobre Euclides da Cunha

Encontro, no Centro de Cultura da Câmara, acontece nos dias 8 e 9 e conta com palestras, exposição e exibição de filme

O livro "Os Sertões" de Euclides da Cunha, publicado em 1902, é apontado como o primeiro livro-reportagem brasileiro e aborda a Guerra dos Canudos (1896-1897), no interior da Bahia. O assunto será discutido nesta quinta-feira (8), no Centro de Cultura da Câmara de Salvador, através de uma Roda de Conversa com os professores Paulo Dourado, Oleone Coelho Fontes e Dionísio Nóbrega.

De acordo com o gestor cultural da Câmara, vereador Odiosvaldo Vigas (PDT), "o encontro visa resgatar a consciência cultural das raízes do povo nordestino, sob a temática da trajetória de Euclides da Cunha, por meio do debate de ideias". O vereador também destacou a importância do papel do Centro de Cultura da Casa "como aglutinador e fomentador da cultura em Salvador e na Bahia".

PROGRAMAÇÃO

Além dos debates sobre Euclides da Cunha, haverá uma exposição de quadros do artista plástico Trípoli Gaudenzi, que registra em suas telas o descrito pelos historiadores que narraram os acontecimentos da Guerra dos Canudos. Na mostra, também serão apresentadas réplicas de fotos da época, produzidas por Flávio de Barros. No dia 9, às 16h, haverá exibição do filme sobre o livro "Os Sertões".



Centro de Cultura recebe 'Mãos que fazem Arte'

A exposição reúne obras de seis artistas e fica em cartaz até o dia 16 de agosto

Com visão para o Elevador Lacerda e Baía de Todos-os-Santos, os frequentadores do Centro de Cultura também podem prestigiar outras belezas, a exposição 'Mãos que fazem Arte', em cartaz pela primeira vez no foyer do espaço cultural, com visitação gratuita das 8h às 18h.

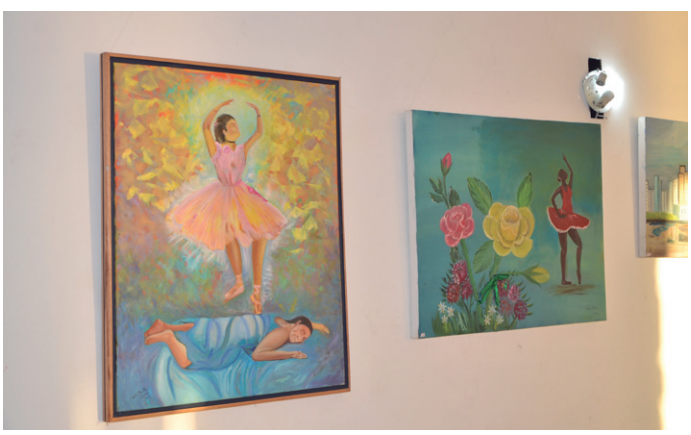
A mostra, que tem curadoria de Walmir Phialho, reúne 16 pinturas que retratam a religiosidade e cenários da cidade de Salvador, além de trabalhos artesanais, cerâmica e de arte em metal que ficarão disponíveis para a venda, com preços que variam de R$15,00 a R$30,00.

Fotos: Valdemiro Lopes



"É muito importante para nós artistas expor em um ambiente como o Centro de Cultura da Câmara que tem um espaço agradável para o público e também os autores", afirma Walmir.

'Mãos que fazem Arte' reúne obras de seis artistas (Ana Procópio, Aline Neves, Celina Brito, Reinaldo Boa Ventura, Odete Moraes, Walmir Phialho) e fica em cartaz até o dia 16 de agosto.





CÂMARA MUNICIPAL

63ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 7 DE AGOSTO DE 2019 – 14h30min

1.1. Votação da Ata
1.2. Leitura do Expediente (1º secretário)
1.3. Registros

ATA

60ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ATANÁZIO JÚLIO, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciados os vereadores ALFREDO MANGUEIRA, JOSÉ TRINDADE e LUIZ CARLOS SUÍCA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 305/19 do Ministério Público da Bahia (GEPAM) comunicando proposta de alteração de data para o comparecimento de representante desse órgão à CMS; Projeto de Lei n. 227/19 da vereadora Aladilce Souza; Projetos de Indicação n.s 363/19 do vereador Henrique Carballal, 364/19 do vereador Marcos Mendes, 365/19 do vereador Sílvio Humberto e 366 a 372/19 da vereadora Marcelle Moraes; Requerimento n. 152/19 da vereadora Aladilce Souza; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 48/19 do vereador Joceval Rodrigues e 49/19 da vereadora Aladilce Souza; Moção n. 76/19 da vereadora Marcelle Moraes, 77/19 da vereadora Aladilce Souza e 78/19 da vereadora Lorena Brandão; e Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, o vereador Orlando Palhinha expressou indignação com o funcionamento do posto do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) do Shopping da Bahia. Disse que as instalações eram boas, mas havia problemas no funcionamento. Mencionou Indicação sua para que as pessoas lá atendidas ficassem isentas de pagar estacionamento, em razão de o sistema frequentemente estar fora do ar, o que obrigava os cidadãos a repetidas visitas, como ocorrera com ele. Lembrou que o SAC já foi exemplo de serviço público. Pediu que os gestores estaduais investigassem se havia problema com a tecnologia ou com os servidores. Contou que a Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv) deixaria de atender a pacientes no Hospital Português. Afirmou que o incentivo de ISS, objeto de Projeto, era para o serviço de transporte melhorar e cobrou dos empresários do setor que isso acontecesse. Ao deixar a Tribuna, o vereador Orlando Palhinha assumiu a Presidência para a fala, na Tribuna, do vereador Carlos Muniz, que concordou com ele a respeito do Detran. Afirmou que, se o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do Ministério Público (MP) sobre o incentivo do ISS fosse afastado pela CMS, a tarifa de ônibus teria de ser de 3,80, pois o valor alto que era cobrado se devia à Prefeitura e à ação do MP. Observou que os alunos das redes públicas de ensino necessitavam de tarifas menores para a frequência escolar. Posicionou-se contra a isenção de ISS aos empresários de ônibus. O vereador Odiosvaldo Vigas lembrou posição sua contrária à isenção dada pelo Governo do Estado para a construção da Fonte Nova. Ressaltou a importância da planilha relativa às tarifas de transporte e pediu que a CMS recebesse a planilha da empresa CCR Metrô. Criticou a carga tributária e previdenciária, bem como a Reforma da Previdência em curso no Congresso Nacional, e defendeu investimento em Educação. A vereadora Marta Rodrigues esclareceu que a Oposição não tinha contrariedade sistemática ao que pretendia a Prefeitura e apena zelava por elementos necessários quanto à isenção do ISS, como a planilha das tarifas a serem afetadas pela possível medida. Defendeu a observância dos contratos do serviço de transporte e da Lei Orgânica do Município (LOM). Comentou sobre a visita dos gestores do Executivo no dia anterior, quando esses pontos foram tratados, e afirmou haver inconstitucionalidade e improbidade administrativa na maneira como o Projeto da isenção se apresentava. Pediu ampla participação dos órgãos municipais e do MP no tratamento da questão. Assumiu a presidência o senhor presidente Geraldo Júnior, que leu Ofício da promotora do MP Rita Tourinho comunicando sua disponibilidade para vir à Casa em momento próximo ao da votação do Projeto de isenção do ISS, projetada para agosto, em vez de vir à Casa no dia seguinte, como estava marcado. O vereador Teo Senna destacou a obrigação da Casa de discutir o Projeto de isenção do ISS antes da sua votação em agosto, observando que os votos de cada edil eram igualmente importantes. Salientou que, embora o Projeto proviesse do Executivo, era da Casa o papel de promover essa discussão. Rejeitou as afirmações do bloco de Oposição contra o Projeto, lembrando as isenções tributárias do Governo do Estado para a Fonte Nova e para o Metrô, as quais tiveram aquiescência do bloco governista, ligado à Prefeitura. Considerou que a vinda dos gestores no dia anterior fortalecia o Projeto, cuja aprovação defendeu. Foram promulgadas as Resoluções n.s 2.797 a 2.812/19. Em seguida, o senhor presidente propôs novas datas, 5 ou 6 de agosto, para a vinda do MP e de gestores públicos para tratarem do Projeto de isenção. Consultados os líderes, ficou marcado o dia 6 de agosto. Pela ordem, o vereador Marcos Mendes expressou frustração com a não-vinda do MP neste momento, considerando que isso seria importante antes do recesso, para a formação de juízo de valor. Criticou o TAC criado pelo órgão. O senhor presidente esclareceu que a promotora não se furtou a vir à Casa, tendo apenas reagendado a sua vinda em razão de como transcorria o processo em torno do Projeto. Seguindo-se com o Pinga-Fogo, a vereadora Aladilce Souza elogiou a postura da Casa sobre o Projeto de isenção de ISS, afirmando que o prefeito tivera uma atitude de chantagem com os vereadores, os quais se fortaleciam com os questionamentos que passaram a realizar sobre o Projeto. Historiou as medidas anteriores sobre as tarifas de transporte, afirmando que a revisão prevista contratualmente somente ocorreria em 2021, e que o valor atual da tarifa deveria ser de 3,80, em vez de 4 reais. Apontou medidas de socorro financeiro a empresários, as quais prejudicavam a população, e defendeu a prioridade aos trabalhadores e estudantes, muitos dos quais não podiam se locomover em razão do preço da tarifa. O senhor presidente pôs em votação Requerimento de Urgência Urgentíssima para Moção de repúdio à realização de maratona de nudistas. O Requerimento foi votado e aprovado, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Marcos Mendes e Marta Rodrigues, e abstenção do vereador Sílvio Humberto. Após discutida e votada, a Moção n. 78/19 foi aprovada, com os mesmos votos contrários e a mesma abstenção ao Requerimento de Urgência Urgentíssima. Em seguida, o senhor presidente explicou que seriam votados dois Projetos do vereador Edvaldo Brito, ficando os Projetos dos demais edis para serem votados logo após o recesso. Foi então discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 266/19, do vereador Edvaldo Brito. Pela ordem, manifestaram posição divergente sobre a votação do segundo Projeto do vereador Edvaldo Brito os vereadores Paulo Magalhães Júnior, Sílvio Humberto e Marta Rodrigues, expressando suas deferências ao edil Edvaldo Brito e afirmando que estariam prejudicados os demais vereadores. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito manifestou razões para seus Projetos serem votados e lembrou a necessidade de se votarem projetos de vereadores, motivo pelo qual insistiria na votação dos seus Projetos, mesmo se arriscando a perder na votação. Observou a rapidez com que se votara a Moção n. 78/19. O senhor presidente explicou haver entendimento para o Projeto do vereador Edvaldo Brito ser votado. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto lembrou acerto para que os Projetos de vereadores a serem votados passassem pelas comissões temáticas, o que não ocorrera. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse entender a posição do vereador Edvaldo Brito e propôs prazo para a atuação das comissões temáticas sobre os projetos dos vereadores. O senhor presidente lembrou reunião de comissões marcada para este dia que se frustrara por falta de *quorum*. Pela ordem, vereador Henrique Carballal pediu que os Projetos da Ordem do Dia fossem votados, sujeitando-se a aprovação ou rejeição. Pela ordem, o líder do Governo, vereador Paulo Magalhães Júnior, assumiu o compromisso de se priorizar o Projeto do vereador Edvaldo Brito na próxima Ordem do dia a ser votada. Mencionou vereadores com projetos a serem votados que tinham interesse em votar esse Projeto, mas estavam prejudicados na votação dos seus. Defendeu a proporcionalidade e a igualdade entre os vereadores. O senhor presidente concordou parcialmente, lembrando que os demais projetos eram especificamente projetos de lei e que havia outros critérios em torno deles. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito, salientando a difícil história de vida que o conduziu ao sucesso, afirmou que não insistiria em uma questão sem haver motivo. Elogiou o encontro com a imprensa pela manhã, no qual fora exposto o trabalho dos vereadores, e declarou aceitar o proposto pelo líder do Governo, dizendo esperar que a votação do Projeto de isenção do ISS não fosse contrária aos anseios populares. O senhor presidente ratificou a votação do Projeto do vereador Edvaldo Brito em agosto. Foi votada e aprovada a licença do vereador Luiz Carlos Suíca (16 e 17 de julho). Pela ordem, o vereador Marcos Mendes pediu que a votação das Emendas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fosse por artigos, em razão de ter havido rejeição total às Emendas da Oposição. O pedido não foi acolhido. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 144/19, referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Exercício Financeiro de 2019. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues discorreu sobre a natureza jurídica da LDO como instrumento de gestão. Comentou sobre algumas Emendas ao Projeto, destacando as de autoria do vereador Cezar Leite, como a relativa ao uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRA) em escolas infantis, a qual elogiou. Mencionou a Emenda do vereador Odiosvaldo Vigas sobre construções na Cidade, além de outras, de demais edis, inclusive sobre Educação e Saúde. Lamentou a rejeição de todas essas Emendas. Analisou a situação financeira da população comparativamente à das populações de outras capitais do País. O senhor presidente consultou os líderes sobre a votação imediata do Projeto de Resolução n. 59/19, que instituía, em 22 de setembro, o Dia do Líder Comunitário, com Sessão Especial nessa data. A votação foi aceita, e o Projeto de Resolução n. 59/19, após discutido e votado, foi aprovado até a Redação Final. Prosseguindo com a discussão do Projeto de Lei n. 144/19, a vereadora Aladilce Souza expressou revolta com a rejeição das Emendas ao Projeto, detalhando aspectos das Emedas propostas pela Oposição, especialmente sobre Saúde. Disse que o prefeito novamente recusava o esforço para se melhorar o Orçamento, o qual destacou envolver recursos públicos, dos quais o prefeito não era dono. Elogiou o vereador Joceval Rodrigues pela postura na condução da Comissão de Finanças e Orçamento, lamentando que seus pares de bancada e o prefeito não tivessem a mesma posição. Lamentou ainda que as ideias da população, expostas em audiência pública, não fossem contempladas. A Sessão foi prorrogada por três horas. O vereador Sílvio Humberto disse que nunca viu uma emenda da Oposição relativa ao Executivo ser aprovada. Afirmou que o processo de elaboração da LDO não fora participativo, tendo havido apenas uma audiência pública, em espaço físico reduzido. Discutiu sobre a Educação, contando ter visto escola em que as crianças tinham aula de educação física dentro de uma sala-de-aula. Indagou de quê adiantava financiar o Centro de Convenções se havia tamanhas carências. Criticou as operações de crédito, afirmando que o Município não tinha autonomia financeira, e apontou o alto desemprego na Cidade. Comentou sobre relações empresariais da Prefeitura com parentes e amigos dos membros do Executivo. Recusou acusações sobre seu bloco agir por mera oposição, sublinhando que, se assim fosse, não teriam proposto as Emendas, que acabaram rejeitadas. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha declarou seu voto a favor do Dia do Líder Comunitário e da respectiva Sessão Especial, assinalando sua atuação como líder comunitário. Pela ordem, os vereadores Paulo Magalhães Júnior e Vado Malassombrado o secundaram. O senhor presidente assinalou que o Projeto dos líderes comunitários fora aprovado à unanimidade. Prosseguindo com a discussão, o vereador Marcos Mendes

enalteceu os líderes comunitários. Passou a ler uma Emenda de sua autoria, rejeitada, na qual criticava as operações de crédito, afirmando que não aumentavam o produto interno bruto (PIB). Também expôs sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs), apontando impropriedades e outras questões. O vereador Cezar Leite comentou sobre a luta no Congresso Nacional pelo protagonismo, afirmando haver nisso a beleza da democracia, com cada político expressando aquilo que os votos recebidos representavam. Mencionou a rejeição de suas Emendas e defendeu incentivo fiscal ao pequeno e médio empreendedor. Finda a discussão, o Projeto de Lei n. 144/19 foi votado e aprovado até a Redação Final, com suas Emendas, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Cezar Leite, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Marcos Mendes, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto, exceto quanto à Emenda referente ao duodécimo, aprovada à unanimidade. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia 5 de agosto, logo após o recesso parlamentar, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
ALADILCE SOUZA	05/08/2019	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
ANA RITA TAVARES	10, 15 e 16/07/2019	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)
BECA	16/07/2019	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
JOSÉ TRINDADE	1º a 07/08/2019	Art.135, inciso II, alínea b, Lei Complementar 01/91
PEDRO GODINHO	05/08/2019	Art.17, inciso II, Res. 910/91 (Compilação)
SÍLVIO HUMBERTO	05/08/2019	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)



TV CÂMARA SALVADOR

PROGRAMAÇÃO

Terça-feira, 6 de Agosto de 2019

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 61.4, em sinal digital.

HORA	PROGRAMA	SINOPSE
12:00	LÁ NA ÁREA - SANTO ANTÔNIO ALÉM DO CARMO	No programa "Lá na área" a repórter Isabela Garrido vai até o bairro Santo Antônio Além do Carmo para contar mais um pouco sobre a sua história e curiosidades do local.
12:31	VT - NOVA MARCA	Apresentação da nova marca da TV e Rádio Câmara Salvador.
12:32	SOTERARTE - CAPOEIRA	No programa "Soterarte" a repórter Liana Cardoso entrevista alguns convidados para falar sobre a história da capoeira.
13:02	ESCOLA DO LEGISLATIVO - BÁRBARA SILVEIRA	A repórter Bárbara Silveira explica sobre o que é a Escola do Legislativo.
13:06	POLÍTICA NA MESA - ANA RITA TAVARES	O programa "Política na Mesa" recebe Ana Rita Tavares para um bate-papo sobre política, com os jornalistas Osvaldo Lyra, Lélia Dourado e Raul Monteiro.
14:06	CÂMARA EM AÇÃO - RESUMO DAS SESSÕES	O programa "Câmara em Ação" faz um resumo da Sessão Ordinária, onde são discutidos os principais assuntos de interesse público.
14:10	LÁ NA ÁREA - RIBEIRA	O programa "Lá na área" vai até a Ribeira para contar mais um pouco sobre a história do bairro, com a repórter Isabela Garrido.
14:40	VT - MULHERES	Campanha sobre violência contra as mulheres da vereadora Ireuda Silva.
14:41	SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO - AO VIVO	A Sessão Ordinária acontece ao vivo no Plenário Cosme de Farias, e é onde são discutidos os principais assuntos de intesse público.
17:00	CIDADÃO QUEM - JOÃO MIGUEL	No programa "Cidadão Quem" a repórter Pâmela Lucciola entrevista o ator João Miguel.
17:30	VT - NOVA MARCA	Apresentação da nova marca da TV e Rádio Câmara Salvador.
17:31	QUESTÃO DE ORDEM - CÍNTIA KELLY	O programa "Questão de Ordem" recebe dois vereadores para discutir sobre projetos de lei e/ou assuntos políticos, por mediação da apresentadora Cíntia Kelly.
18:31	MINHA RUA TEM HISTÓRIA - MOURARIA	O repórter André Luis vai até o bairro da Mouraria para contar um pouco sobre a sua história.
18:34	CIDADÃO QUEM - TIA MÁ	Teaser do programa "Lá na área". Neste episódio, a repórter Isabela Garrido vai até o bairro de Amaralina para saber mais sobre a história do local.
19:04	TEASER - LÁ NA ÁREA - AMARALINA	No programa "Cidadão Quem" a repórter Pâmela Lucciola entrevista a jornalista Tia Má.
19:06	DEBATE ISS - SALÃO NOBRE - REPRISE	Debate entre os vereadores sobre a aprovação da isenção de ISS para empresas de transporte de Salvador.

* Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.